

CONVERSA AO PÉ DO ARQUIVO: CONFIGURAÇÕES BIOGRÁFICAS DE SAMUEL WAINER NA CORRESPONDÊNCIA DE ALZIRA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

WHISPERED CONVERSATION: BIOGRAPHICAL CONFIGURATIONS OF SAMUEL WAINER IN THE CORRESPONDENCE OF ALZIRA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

Letícia Borges Nedel*

INTRODUÇÃO

A “conversa” mencionada no título do artigo alude à troca epistolar mantida por Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992) nos seus últimos anos de vida. Pontualmente, ao conteúdo de 28 cartas datadas de 1984 a 1991, trocadas por ela, que era filha de Darci Sarmanho Vargas e Getúlio Dornelles Vargas, com sua afilhada Pinky, Debora Leão Wainer Oliveira, filha de Danuza Leão e do jornalista e fundador do jornal Última Hora (UH), Samuel Wainer.

Samuel Wainer (1912-1980) foi, além de aclamado repórter, um dos mais importantes empresários do ramo da comunicação no Brasil. Imigrante judeu de família pobre, criado no bairro do Bom Retiro em São Pau-

lo, depois de fazer oposição ao Estado Novo aproximou-se de Vargas durante a campanha eleitoral de 1950 e, naquela década, expandiu seu império jornalístico, marcando presença nos círculos mais estreitos do poder. No jornalismo seus maiores feitos foram a criação, em 1938, de *Diretrizes*, revista antifascista e nacionalista forçada à extinção pelo DIP em 1944, e que reuniu vários comunistas na equipe de redatores. Enquanto a revista dirigida por ele e sua primeira esposa, a militante comunista Bluma Wainer, ficou conhecida no meio jornalístico como o marco inaugural da chamada “imprensa alternativa”, o lendário jornal Última Hora é celebrado por representar, dentro da chamada grande imprensa, um excepcional projeto de inspiração nacionalista

*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: l.nedel@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2850-1504>.

contrário ao *establishment*. Entre os méritos frequentemente associados ao jornal estão suas pautas progressistas, seu projeto gráfico inovador, os bons salários pagos aos jornalistas, o fotojornalismo de excelência e colunistas memoráveis, com o humor político de Antonio Maria, as crônicas de “A vida como ela é”, de Nelson Rodrigues, e os “Retratos sem retoque” da ferina Adalgisa Nery. Criado em 1951, o jornal coroou a aproximação de Wainer com “os” Vargas (Getúlio e Alzira) e o trabalhismo, tomando para si a missão de dar sustentação popular às políticas do presidente.

Após o trágico desfecho de 1954, através do UH Wainer se manteve uma personalidade de primeira grandeza na vida política do país. Fez oposição a Café Filho, ofereceu apoio a Juscelino Kubitschek, defendeu a posse e as reformas de base de João Goulart, de quem também foi amigo e conselheiro. Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, exilou-se na França, junto com a segunda ex-esposa, Danuza, e os filhos Pinky, Samuel e Bruno. Retornou ao Brasil em 1969 e reassumiu a direção de UH. Asfixiado pelo regime, o jornal carioca acabou vendido em 1972 ao grupo Correio da Manhã. Wainer encerrou sua carreira como colunista da Folha de São Paulo, empresa para a qual vendera a sucursal paulista de UH, onde assinava uma coluna na segunda página. Faleceu naquela cidade, em setembro de 1980.

Iniciada quatro anos depois da morte de Samuel e trinta anos depois do suicídio de Vargas, em meio ao processo de redemo-

cratização do país, a correspondência entre Pinky e Alzira documenta a transmissão de uma espécie de *expertise* necessária à gestão da memória familiar, tarefa assumida por ambas as mulheres e estimulada pela posse dos espólios documentais de seus pais. As cartas também registram a reconstrução de uma trama pessoal e histórica. No primeiro plano, narram-se os episódios que teriam levado ao afastamento entre as famílias como consequência da ruptura entre Samuel e Alzira e, na esfera pública, a comum derrocada de Samuel e Getúlio. Neste último tópico são discutidas as “reais” razões da CPI sobre o UH, em 1953; a crise militar de 1954; o suicídio do Presidente; e depois, com a ditadura instalada em 1964, o exílio e a falência de Samuel.

Outra alusão implícita no título do artigo tem a ver com a origem de um texto inicialmente elaborado para ser ouvido. Apresentado em um evento que reunia estudiosos da sociologia do poder e das elites, ele agora não se dirige mais àquela audiência formada por especialistas, mas a um leitor de fisionomia menos marcada entre os integrantes do mundo acadêmico. Esse leitor, presumivelmente acostumado a pensar os acervos documentais como fontes de pesquisa, é convidado a adotar uma perspectiva diferente em relação à concepção tradicional “extrativa” (Stoler, 2018, p. 207) dos arquivos. Sem abrir mão do diálogo pretendido na ocasião em que começou a ser redigido, mas se alimentando dele, o texto inicia, mais uma vez, perguntando o que o estudo de arquivos pessoais¹ pode

1 Os arquivos pessoais são “conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas áreas onde desenvolveram essas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade” (Bellotto, 2004, p.266).

oferecer à compreensão dos processos de transmissão cultural entre as elites. Essa pergunta é considerada essencial antes de responder a questões como “quais Wainers” emergem da gestão biográfica realizada na correspondência de Alzira, ou sob quais condições determinadas narrativas sobre o passado adquirem reconhecimento.

A perspectiva de estranhamento em relação aos arquivos, enquanto marca que distingue as estratégias argumentativas do artigo, ampara-se metodologicamente na intenção de tratar os documentos arquivados menos como “coisas em si” do que como “componentes ativos do mundo social” (Ketelaar 2019, p. 241). Renunciando à fantasia dos repositórios inertes de informações sobre o passado, os arquivos são compreendidos, no esteio das reflexões abertas há quase quarenta anos pela teoria arquivística “pós-moderna”, como espaços “onde o poder social é negociado, contestado, confirmado” (Schwartz e Cook, 2002, p. 1). Essa visão, que reconhece no arquivamento um regime de práticas guiado por ordens de valor variáveis, segundo a época e o lugar onde se desenrolam (Brothmann, 2018), vinha sendo trabalhada também por antropólogos interessados em deslindar o conteúdo arquivístico do colonialismo, com suas utopias epistemológicas de controle e governança (Stoler, 2018; Kaplan, 2018; Clifford; Marcus, 1986). No caso aqui focado, o interesse sobre as lógicas que presidem os processos de arquivamento e uso de documentos privados converge para tópicos de interesse nos estudos sobre elites, impulsionados no Brasil pela entrada de referenciais bourdesianos de análise nos anos 1980 e 1990 (Seidl e Grill, 2013, p. 10). Especialmente para a questão das distintas configurações assumidas pelos campos de poder e, dentro disso, os enquadramentos

narrativos do passado operados em espaços onde a posse de documentos de valor permanente funciona como recurso de dominação simbólica e consagração social.

Investidos do poder de atestação, os arquivos têm suas funções especificadas nas diversas esferas onde se colocam em jogo percepções de verdade e autenticidade. Neste sentido, a certificação patrimonial de conjuntos acumulados à margem das determinações legais e burocráticas nos estimula a observar na escala micro das trocas documentais entre indivíduos a dimensão biográfica da “memória cultural” (Assmann, 2011). A transformação de arquivos privados em patrimônio coletivo coloca a questão de saber sob quais condições, em termos de redes, motivações e percursos, ocorre a entronização desses documentos no ambiente institucional onde são reorganizados e abertos à consulta. Assim, para além dos propósitos autobiográficos destacados em trabalhos que enfocam a relação entre produtores de arquivos e sua “papelada” - relação que traz consigo a invenção moderna de uma tensão entre verdade e sinceridade que seria marca registrada das “escritas de si” (Fraiz, 1998; Gomes, 2004) - o presente estudo destaca a “vida social” (Appadurai, 2008; Randolph, 2005) dos arquivos pessoais, investigando os espaços por onde circulam, os discursos políticos que se articulam em torno deles e as “políticas de memória” (Gensburger; Lefranc, 2020) que os agenciam.

Essa abordagem defende, portanto, a legitimidade patrimonial e a relevância heurística do objeto arquivo. Ela destaca a plasticidade dos conjuntos acumulados informalmente, cujos agenciamentos ajudam a definir e mover as fronteiras entre o público e o privado. Considera os arquivos de um ponto de vista processual, como resul-

tado de práticas estruturadas, as quais não apenas definem as configurações materiais e discursivas dos conjuntos, mas operam com princípios de legitimação influentes nos espaços de poder. Por fim, reconhecendo que os arquivos permitem acessar certas dimensões das estruturas de poder nas quais eles próprios estão imbricados, considera pertinente tomá-los como um ponto de ancoragem empírica, capaz de fundamentar na escala das práticas, dos agentes e das interações, as interpretações de fundo epistemológico acerca das relações entre História e memória.

Uma maneira eficaz de entender o papel dos arquivos privados nas interconexões entre “memória individual” e “memória coletiva” (Halbwachs, 1990) é examinar a transmissão de heranças documentais. Neste ponto, pode ser interessante explorar, em um primeiro plano, os meios por onde circulam documentos de personalidades destacadas, cuja experiência vincula-se a episódios momentosos da história nacional. A maneira como esses episódios são traduzidos em família, as justificativas para a publicação dos documentos, a escolha de legatários e os alinhamentos das biografias dos titulares com os valores de um determinado presente histórico são questionamentos que integram a segunda parte do artigo. Neste segmento, examino o trabalho de recomposição do passado realizado no diálogo postal estabelecido entre Alzira e Pinky. Duas mulheres de gerações diferentes, uma nascida em 1914, outra em 1954,

ambas herdeiras de arquivos que atestam as ligações históricas entre as famílias unidas por laços de amizade e de proselitismo político. Laços que elas reatam em nome dos que Samuel e Getúlio mantiveram entre si.

Dado que a patrimonialização de arquivos de indivíduos supõe um trabalho de composição biográfica capaz de justificar os cuidados institucionais que lhes são dispensados, discute-se, nessa segunda parte, o perfil das legatárias, os compromissos implicados na sua consagração como herdeiras e o modo como cumpriram a missão de sustentar os “legados”² de seus ascendentes, articulando memórias pessoais e histórias familiares a capítulos decisivos da história republicana. Com a atenção voltada para essas questões, a análise das cartas percorre os cenários e personagens evocados pelas missivistas, os quais são contextualizados através de informações verbais e não verbais contidas em outros documentos, colhidos de diferentes dossiês do mesmo fundo (AVAP), de fundos conexos, como (GV e EAP), de biografias e autobiografias publicadas e, finalmente, de acervos de jornais e revistas disponíveis na web³. Os documentos manuscritos citados provêm do acervo de entrevistas de história oral e de arquivos pessoais de políticos depositados no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Todos remetem, de uma ou outra forma, à trajetória de Samuel Wainer, que era o elo entre as duas mulheres, mas não apenas, como se verá a seguir.

2 Refiro-me ao conceito formulado por Luciana Heymann, que privilegia, ao lado do conteúdo substantivo das “realizações”, a dimensão social e simbólica dos artefatos por meio dos quais “[...] uma determinada memória é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional” (Heymann 2005).

3 Exemplares de O Pasquim e do Jornal do Brasil foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também recorri aos acervos digitais de O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

O artigo encerra com um exame das correlações entre as narrativas sustentadas nas cartas e as posições das mediadoras no tempo e no espaço social. Como esperado, o Wainer recomposto por Alzira não correspondente ao de Pinky. Entre outras razões, porque diferente de Pinky e à semelhança de Samuel, Alzira era protagonista da “história” reconstituída na correspondência. Enquanto a afilhada apenas despertava sua curiosidade para as conexões entre a história de vida de seu pai e o passado político do país, Alzira falava na condição de quem, como Wainer, “estivera lá” (Monteiro, 2020) nos altos escalões decisórios, “fazendo política” sem cargo político. Expulsos da política pelos adversários do “Getulismo”, ela e Samuel inventaram outros modos de se manterem politicamente atuantes em prol do trabalhismo, firmando compromisso público com o legado nacionalista de Vargas através do testemunho, prestado em entrevistas, reportagens e publicações, sobre uma época batizada com nome próprio. É, portanto, na condição de testemunha de um projeto arruinado com o fim da “era Vargas” que Alzira elabora sua versão sobre a participação de Wainer - visto como “auxiliar” de Getúlio - na história republicana. Nesta composição narrativa, sobressai a figura do “Profeta”, cujo destino teria sido comum ao de outros auxiliares de Vargas (como Jango): o de injustiçado pela história, que Alzira sustenta ter sido mal-contada pelo faccionismo político da imprensa. Política em que ela viveu imersa; imprensa cuja venalidade ela denuncia; história de traidores que ela insiste em nomear.

1. Arquivos como objeto: um compromisso adiado na agenda de pesquisa da História

É notável na historiografia a recorrência com que certas expressões imersivas são usadas para fazer referência aos arquivos. Entre os confrades de Institutos Históricos e Geográficos, por exemplo, era comum o elogio ritual aos mais vocacionados “escafandristas” de mares documentais inexplorados, “fundos” arquivísticos cuja extensão, como notou Arlette Farge (2009), ainda se costuma medir em metros. Essas metáforas marítimas revelam a alta estima dos historiadores pelos arquivos, que também servem como um rito de passagem para a profissão. Não obstante, outros sentidos projetados sobre os documentos operam nas diferentes esferas em que são ativados para fins de representação “fiel” do passado. Na condição de prova ou de fonte, as funções reservadas a eles servem para distinguir os estatutos jurídico, arquivístico e historiográfico dos acervos documentais (Camargo, 2009; Heymann, 2012). Se entre a comunidade de arquivistas e operadores do direito o caráter probatório dos documentos reside na sua instrumentalidade, no campo do conhecimento histórico documento “é da ordem do vestígio”, âncora referencial de uma disciplina onde fontes primárias figuram como “garantia da ambição de verdade” (Anheim 2018, p. 121).

Historiadores confiaram tanto nessa garantia que frequentemente ignoram o enraizamento histórico e cultural dos arquivos, mencionando-os mais no contexto de reflexões sobre o tratamento das fontes do que de sua natureza (Anheim, 2018, p. 123). Não obstante, para além das definições canônicas, documentos arquivados são artefatos culturais que desempenham um papel fundamental nas lutas memoriais. Eles re-

metem ao que é revelado ou escondido, antigo e/ou ancestral, funcionando como metáfora para “qualquer corpus de omissões e coleções seletivas - e, o que é igualmente importante, para a atração e a nostalgia que podem ser despertadas por essa busca e acumulação do primeiro, originário e intacto” (Stoler, 2018, p. 6).

A eficácia simbólica dos arquivos merece, pois, ser incorporada ao exercício crítico das fontes, interrogando-os desde fora. Dito de outra maneira, a crítica documental procedida pelos pesquisadores deveria, idealmente, considerar não apenas o conteúdo dos arquivos, mas os gestos de arquivamento, os processos de constituição, preservação e uso dos documentos integrados ao *corpus* da pesquisa. Não só porque eles, na condição de subproduto das ações que registram, servem como “armas legais para controvérsias políticas” (Duranti, 2020, p. 19), mas porque documentos reputados “históricos” são vetores de relações sociais. (Ketelaar, 2019, p. 241). A conexão física dos artefatos preservados com o tempo permite-lhes atuar como evidências, vínculo material com o passado, e como “semióforos” (Pomian, 1984): objetos protegidos, que ao circularem por sistemas mais restritos de trocas adquirem uma sobrecarga simbólica com forte poder de legitimação.

Acervos em geral, e acervos documentais em particular, são meios de transmissão cultural que alimentam a experiência de uma temporalidade diferente daquela que os institui como patrimônio. Seus conteúdos e formas não estão dados *a priori*. Estão, tal como a história que os interpreta, vinculados ao estado das práticas concorrenciais de representação do passado em um espaço/tempo determinados. Esses acervos constituem um recurso simbólico importante, pois uma vez extinta a transmissibilidade

geracional das lembranças repassadas oralmente - aquelas ligadas à “memória comunicativa”, segundo a classificação adotada por Assmann (2011, p. 25) -, dependemos deles, dos acervos, assim como das mídias, instituições e da política para dar o salto da memória viva, corporificada sensorialmente nas pessoas, para a “memória cultural” (Assmann, 2011) ou “histórica”, que supõe uma elaboração finalizada e normativa do passado (Lavabre, 1994, p. 18). O arquivo separado do corpo é, portanto, o lugar de onde o passado emerge como construção mediada pelos interesses e crenças de grupos, sendo co-determinado pelas técnicas de registro, como a escrita, a fotografia e outras, também elas desigualmente distribuídas, nos contextos em que é acionado.

Levar essas considerações em conta supõe reconhecer nos arquivos não o resto passivo de um tempo que se desloca para trás, mas o rastro de gestos antecipadores, ações estruturadas que vêm na preservação dos documentos uma variável de transformação do devir. Dado que o registro e o arquivamento visam agir sobre as formas de interação do presente com o passado, convém observar os meios e as finalidades desses investimentos, nos seus contextos socioculturais específicos. Se a memória é um processo e as recordações, seletivamente pontuadas por silêncios e esquecimentos, são o resultado desse processo, é olhando para os atos concretos de rememoração nos espaços em que eles acontecem que podemos tecer hipóteses empiricamente fundamentadas sobre “a natureza da memória” e o modo como ela se relaciona com a história (Erll, 2012, p. 10-11).

Neste viés, os arquivos pessoais agregam novas perspectivas ao debate sobre um tipo particular - simbólico (Bourdieu, 1989) - de domínio ou recurso, na medida em que lan-

çam luz, primeiro, sobre o jogo de forças atuante na constituição do que se considera “histórico” e, em segundo lugar, sobre os projetos que embasam o investimento dos mediadores na construção de memórias biográficas, com suas vias de inserção na memória cultural. Os arquivos pessoais de políticos, especialmente, conformados que são por discursos ideológicos e normativos, parecem uma boa entrada para pensar nessas questões, já que eles têm o pendor de conectar o registro e a guarda informal de documentos a ações de natureza institucional, como a pesquisa acadêmica e as políticas de patrimônio.

Como bem lembrou Miguel Palmeira (2018), a patrimonialização de arquivos pessoais de políticos no Brasil é um fenômeno recente, iniciado na Primeira República. O tipo de pessoa que o arquivo pessoal projeta é, neste sentido, diferente da persona representada nas coleções de ascendência nobiliárquica, como a que foi doada por Alice da Porciúncula, viúva de Miguel Calmon, ao Museu Histórico Nacional em 1936 (Abreu, 1996), ou a coleção de Alfredo Ferreira Lage, que deu origem ao Museu Mariano Procópio, inaugurado em Juiz de Fora em 1921 (Costa, 2005), ou ainda o “Museu Simoens da Silva”, coleção acumulada ao longo de 50 anos pelo descendente dos Barões de Sorocaba e leiloadas em 1957 no Rio de Janeiro (Ewbank, 2024). Enquanto nesses casos o sentido atribuído

à acumulação provém da lógica do colecionismo ilustrado, de caráter distintivo e conteúdo universalista, no âmbito dos arquivos busca-se uma projeção de exemplaridade histórica ligada ao exercício da função pública, legitimação passível de conversão em dividendos políticos, como votos e/ou nomeações, transferência de carisma etc. Subjaz, como elemento comum àquelas coleções e os arquivos, a ligação estrutural dos acervos com as hierarquias sociais, sobressaindo a intenção dos acumuladores de atestar, por meio daquilo que preservam, o bom posicionamento da linhagem familiar. Em tais casos, como destacado por Palmeira (2018, p. 46), remetendo aos estudos de Vilela (2015) e Canêdo (1998), há uma verdadeira indissociabilidade das famílias com a atividade política. Indissociabilidade de ida e volta: “a família faz a política, e a política também faz a família”⁴.

Investidos da capacidade de operar como legitimadores do discurso, documentos privados de pessoas públicas constituem um recurso de dominação importante e socialmente disputado. Assim, uma via de análise das mais sugestivas sobre os arquivos de políticos é a da sua transmissão, como parte do trabalho familiar de sustentação da memória do grupo. Tal como o controle das clientelas ou a gestão do capital de relações pessoais pelas políticas de casamento (Seidl, 2013), a gestão de memórias biográficas, tornadas exemplares e legitimadas pela

4 Note-se que no caso das coleções era comum a doação incluir cláusulas sobre a inseparabilidade dos bens doados e, neste sentido, o reconhecimento de que a reunião deles em uma coleção agrega valor a cada objeto. Além disso, via de regra a doação se combinava com a denominação de salas especiais em homenagem a familiares ilustres. No caso da família Lage, como mostra Carina Costa, (2005), manteve-se o caráter privado das coleções musealizadas pela via da continuidade administrativa e o usufruto de Alfredo sobre “seus” bens. Na doação da família Calmon, além da homenagem ao homem público com a nomeação da sala onde seriam exibidos os objetos doados, o contrato de doação estabelecia que somente a viúva Alice ou seu mordomo poderiam selecionar, compor a exposição e providenciar a limpeza dos objetos no MHN. Ver Abreu, 1996.

posse de documentos que garantem a factualidade do passado (Dulong 1997, p. 65), pode constituir um trunfo valioso na reprodução bem-sucedida dos grupos. Sob esse aspecto, a história custodial dos conjuntos documentais é reveladora das conexões entre as práticas de arquivamento, as “narrativas tácitas” dos arquivos (Ketelaar, 2001) e as estruturas sociais. No universo restrito das elites, essas estruturas se manifestam, de saída, na discrepância entre a presença constante das mulheres nos processos de institucionalização dos espólios, em que aparecem como doadoras, e a invisibilidade delas nos índices de fundos arquivísticos, onde raramente aparecem como titulares. Tal assimetria se inscreve na própria biografia das duas legatárias tratadas no artigo, e está implícita nos investimentos que ambas fizeram na produção e/ou controle da memória de seus pais.

2. Arquivos pessoais de pessoas públicas: o primado da seletividade

Situados na zona de tensão entre o direito à intimidade e o interesse público, os arquivos privados dependem da certificação como patrimônio para ingressarem na esfera institucional⁵. Uma vez institucionalizados, o acesso a essa documentação é regido pelo princípio legal de respeito à honra e à imagem da pessoa citada na documentação. A mudança de status coloca aos donatários a questão do que reter, o que descartar, o que omitir ou realçar, e os estimula a revisar o conteúdo do arquivo antes da transferência. Depois disso, a configuração discursiva do conjunto é mais uma vez impactada, se

não pelas injunções da confidencialidade, pela gramática arquivística e os deslocamentos de sentido operados no arranjo e descrição do fundo.

Já antes, a questão do que fica ou sai do arquivo e de como classificar os documentos é colocada na relação do titular com seus papéis. Tudo sempre muito relativo quando se trata de arquivos pessoais, pois se o produtor dita a lógica da acumulação, ele não necessariamente é o responsável pela organização dos documentos. Os arquivos de políticos, a propósito, raramente são organizados por eles, o que pode não ser regra entre os papéis de escritores. De toda forma, em meio à diversidade de configurações e possibilidades, haverá sempre os contraexemplos: Gustavo Capanema se comprazia com seus papéis mas, diferente do poeta Carlos Drummond de Andrade, que era um exímio arquivador, conservava-os “completamente desorganizados” (D’Araújo, 1999, p. 230). Darcy Ribeiro, por sua vez, não via no arquivo o caminho régio para a automonumentalização, atribuindo-lhe um sentido mais prospectivo do que retrospectivo. Ao final da vida, projetou, não sobre o arquivo, mas sobre a biblioteca sua identidade de antropólogo e acadêmico (Heymann, 2012). Uma visão semelhante do arquivo, compreendido como um material de menor valor biográfico em relação à biblioteca, parece ter orientado também a relação dos herdeiros com os papéis de Carlos Lacerda. Em 1979, a biblioteca pessoal do arqui-rival de Wainer, formada por 17 mil volumes, foi vendida e incorporada ao acervo geral da Biblioteca Central da UnB, com o arquivo de brinde (Lacerda, 2017, p. 2683).

5 A exceção são os arquivos de Presidentes, regulamentados pela Lei 8.394/91. Cf. Lopes; Rodrigues, 2019.

Como se vê, ao contrário das coleções, que priorizam a ideia de completude e têm um caráter eminentemente cumulativo, os arquivos estão sujeitos a expurgos e circunstâncias cambiantes. Compostos por diferentes suportes, eles têm uma materialidade difícil. Enquanto livros e quadros decoram ambientes e distinguem possuidores, itens arquivados se espalham, podem se perder, são difíceis de preservar, localizar e exibir. Além do risco de extravio e de degradação, também ocorre que na tentativa de dar uma direção ao labirinto documental o resultado seja produzir mais e mais documentos. Foi o que aconteceu com o ex-ministro da Educação e Saúde do *Estado Novo*, que acabou por criar um meta-arquivo com documentos sobre como organizar o arquivo, ordem que ele restabeleceu continuamente para fins de uma autobiografia que nunca chegou a escrever (Fraiz, 1998). Não era para menos. Com um arquivo digno de personagem borgeano, o político mineiro é titular do maior fundo pessoal depositado no CPDOC: cerca de 200 mil documentos no acervo de uma instituição em que, até 1998, 90% dos fundos possuía menos de 10 mil documentos (Fraiz 1998, p. 59). Antes de ingressar naquele centro de pesquisa, seus documentos eram mantidos em um apartamento de dois quartos, alugado exclusivamente para esse fim⁶.

Mas essa era, com o perdão do trocadilho, uma documentação bem tratada. São muitas as vicissitudes por que passam

os arquivos de pessoas físicas. Suas fisionomias singulares, tão diversas como são as razões para guardar, os lugares em que são guardados e a escolha daqueles a quem transmitir são fatores que reforçam a natureza contingente e arbitrária dos arquivos pessoais. Na comparação com fundos de entidades públicas, eles têm uma margem maior de indeterminação, que se estende da ordem dos documentos ao conteúdo dos conjuntos. Como notou Heymann (1998, p. 46): “Trata-se [...] de uma memória particularmente propícia à implosão do indivíduo único e coerente das narrativas autobiográficas, ainda que muitas vezes representativa de um esforço semelhante de produção dessa unidade”.

2.1. Os arquivos de Wainer, Vargas, Alzira e da Última Hora

De Samuel Wainer se poderia supor que os altos e baixos da vida financeira, as tantas mudanças de residência e a experiência do exílio tenham diminuído o investimento na preservação de documentos. Uma de suas biógrafas, Joëlle Rouchou, afirma, inclusive, que Wainer “não deixou nenhum arquivo pessoal” (Rouchou, 2004, p. 67). No entanto, em carta enviada a Alzira seis anos após o falecimento do pai, Pinky Wainer menciona a existência do arquivo sob o signo, bem realçado nas metáforas imersivas, da pleto- ra: “Minha casa está ocupada e obstruída por fotos, pastas de arquivo, microfilmes, cartas,

6 Em entrevista concedida à revista *Veja*, em 1995, Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha de Alzira e Ernani do Amaral Peixoto e primeira coordenadora do CPDOC/FGV, descreve o apego dos titulares a seus arquivos: “Depois da instalação do CPDOC [em 1973], começou a guerra pela doação de arquivos. O arquivo do ex-chanceler Osvaldo Aranha estava em cima de uma garagem, em Laranjeiras. Fui buscar de caminhão e voltei na boléia, como se fizesse transporte de valores. O deputado Etelvino Lins, quando me entregou seus papéis, chorava. Disse que se sentia entregando a sua vida. O ex-ministro da Educação Gustavo Capanema um dia me levou de carro para ver um apartamento de dois quartos no Flamengo que tinha só para guardar seus papéis. Estava entupido de alto a baixo”. *Veja*, ed. 1392, 17/5/95, p. 61-63.

etc... do Samuel. Tem embaixo da mesa, da escada, da cama, não tem um canto da casa que o Samuel não esteja” (PW-AVAP. Sp. 15/9/1986)⁷. Em uma das fitas em que deixou gravada sua história pessoal, Samuel fala que seus documentos ficavam guardados na sede do jornal que fundou e dirigiu até 1971: “Tudo o que eu tinha deixava na Última Hora. Última Hora era o meu arquivo; a minha vida está dentro do meu jornal”⁸.

Cerca de três anos depois de manifestar a vontade de resolver a onipresença do arquivo do pai pela casa, em 1989, Pinky vendeu parte do arquivo fotográfico da sucursal carioca de UH ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), onde hoje se encontra aberto à consulta. Este acervo de cerca de meio milhão de negativos e outras tantas mil fotografias reúne material de fotógrafos reconhecidos, como Walter Firmo e outros, que vêm figurando em bienais e exposições de arte. O material vendido ao arquivo estadual, como explicou Pinky em entrevista recente, resulta de uma seleção do que à época se considerou o “filé mignon” da documentação que estava incluída na massa falida da empresa (Podcast do Arquivo, 2024:20).

A operação de “salvamento” dos documentos do jornal foi um trabalho realizado

quando Samuel ainda era vivo, e demarca o momento em que o pai transmitiu seu arquivo à filha. Conta-se que Wainer, conversando com Pinky e seu genro, Roberto, teria comentado que o arquivo do jornal estava prestes a “virar sabonete”: seria vendido a peso como celulose, material abundante em arquivos fotográficos como o de UH. Inconformados com a situação, o genro e a filha realizaram uma manobra logística inusitada: contrataram uma jamanta para buscar a totalidade do arquivo, depositado próximo à sede do jornal, no centro do Rio de Janeiro, levar para o sítio do casal, em local de difícil acesso no interior de São Paulo, e devolver o resto para a sede no Rio. Nos cerca de dois meses em que o arquivo ficou clandestinamente abrigado no sítio, um grupo de alunos da USP trabalhou na extração do “filé” vendido pela herdeira ao APESP. (Podcast do Arquivo, 2024) É de supor que a operação tenha sido antecedida pelo resgate de outros documentos valiosos - nomeadamente, os documentos pessoais que Samuel deixara no jornal, provavelmente os mesmos que Pinky menciona ter em casa na carta enviada à Alzira. Pode-se então presumir que o arquivo pessoal de Wainer de fato existe, e continua em mãos de familiares⁹.

7 Toda a correspondência de Alzira com Pinky leva o mesmo código - AVAP vpr cp 1984.07.22 . Por isso, serão citadas daqui por diante, entre parênteses, remetente e destinatária, local e data de cada carta, quando houver.

8 Cf. Fita no. 6, p. 7/98, citado em Rouchou, 2004, p. 67.

9 Mais recentemente, em agosto de 2024, Pinky doou ao APESP as fitas cassete que seu pai gravou meses antes de falecer. Junto com elas, as 1300 páginas transcritas e uma relíquia: o livro presenteado por Vargas com dedicatória ao “Profeta”, apelido que o presidente e seus íntimos usavam para referir-se a Samuel. Na entrevista concedida ao atual coordenador do APESP, em 2024, uma fala de Pinky é reveladora da existência de documentos que ela, com muita precaução, começa a pensar em passar adiante: “[O Apesp] É um dos lugares que eu tenho a maior confiança. Tanto que eu deixei aqui o livro onde o Getúlio chama meu pai de profeta pela primeira vez, e sempre será um lugar onde eu posso mandar mais coisas, se vocês aceitarem e se for dentro do projeto de vocês” (Podcast do Arquivo, 2024, 1:22:20). Bruno Roma (2024), que analisou a documentação relativa à aquisição do acervo de UH, observa que a compra foi realizada sem passar por avaliação arquivística, e sem que se soubesse ao certo a composição e o volume de documentos. O arquivo

Já o arquivo de Vargas era organizado pela filha, que certamente o conhecia tanto ou melhor do que o pai. Mais que um conjunto de documentos, esse arquivo significava, para ela, um repositório de informação sigilosa, útil e necessária, e foi por via dele que Alzira se iniciou nas artes da política. Durante o segundo governo de Vargas, quando ela, na posição de mulher mais influente do país, resolveu não assumir cargo oficial no gabinete presidencial, como fizera durante o Estado Novo, mas “passar a trabalhar como relógio, de graça”¹⁰, o arquivo serviu de ferramenta para uma atuação baseada em informação privilegiada e beneficiária da sombra socialmente projetada sobre a condição de filha mulher. Alzira costumava dizer que nunca entrou na política, sempre viveu dentro dela. Vale acrescentar: na política e nos arquivos, com os quais manteve uma relação perene. Em seu livro de memórias, essa aproximação é descrita como inadvertida e indefectível: “Por uma série de coincidências fortuitas, [...] seus papéis e documentos aos poucos foram se aproximando de mim, passaram diante de meus olhos, ao alcance de meus ouvidos, ficaram em minhas mãos [...], sem que intencionalmente tampouco eu os buscasse” (Peixoto, 2017, p. 30).

Os papéis do arquivo de Vargas vieram de par com os que Alzira passaria a desempenhar no governo, aproximando-se dela à medida que ela se aproximava do pai, em um processo semelhante ao que foi descri-

to por Lagroye (2017) em termos de “politização” das suas atividades de auxiliar. O termo politização é, aqui, entendido menos como um fenômeno óbvio de engajamento ideológico do que um processo de “requalificação das atividades sociais” resultante de um “acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a questionar a diferenciação dos espaços de atividades” (Lagroye, 2017, p. 20). Pode-se falar, neste sentido, de uma progressiva requalificação das atividades de “ajudante” (bibliotecária, arquivista, tradutora, secretária), que passam a ser exercidas segundo objetivos políticos, legitimados por parâmetros tais como “confiança pessoal”. Esse processo vai moldando a identidade de uma atriz política cuja perspicácia, tantas vezes assinalada na imprensa e na historiografia, fora forjada na intimidade com o poder. É o que ela exprime em suas memórias, ao lembrar dos segredos compartilhados pelo pai: “[...] segredos que ele próprio dizia que ‘nem meu chapéu conhece’ [...]” (Peixoto, 2017, p. 242-43).

Nascida no município gaúcho de São Borja, em 1914, e falecida no Rio de Janeiro, em 1992, quando jovem ela ficou conhecida nos meios da política como Alzirinha. Auxiliar insubstituível do pai, os jornais a qualificavam de “clone” do presidente, sendo considerada por ele próprio como “parte de minha alma”, a “segunda consciência” – ou “consciência adjunta” (Volta ao poder, 2018, p. 406; Peixoto, 2013, p. 14)

custou ao Apesp 5% de seu orçamento para o ano de 1989. Vale destacar ainda que entrada do Fundo Última Hora inaugurou um setor de iconografia na instituição e desencadeou a construção de uma política de acervo, não formalizada, voltada para documentos fotográficos. Cf. Roma, 2024, p. 9.

10 Cf. “Getulio Deveria ter resistido. A filha do presidente fala da peça ‘Vargas’ e do pai. Entrevista de AVAP a Zuenir Ventura”. *Isto É*, 19/10/83, p. 92-94. Aqui Zuenir Ventura descreve o tipo de atividade política que Alzira exerceu, com ampla liberdade depois de 1951: “Com um sistema próprio de informações que faria inveja hoje ao SNI – e que, segundo ela, constava apenas de um telefone e muitos amigos –, controlava praticamente o país”.

como ela dizia. Ainda aos vinte anos, em 1935, enquanto cursava a faculdade de Direito, passou a cuidar da biblioteca. Depois de formada, foi “promovida” à organizadora do arquivo. Durante a guerra, traduziu mensagens vindas dos Estados Unidos e, foi, aos poucos, “aprendendo a despachar com ele” (Peixoto, 1981, p. 13). A primeira remessa de documentos foi vista como um gesto iniciático, revelador das relações da política com os arquivos e de ambos com a História, da qual ela tomou emprestado o critério do distanciamento cronológico para evitar paixões e guardar segredos: “[...] quando papai entregou-me a primeira fornada de papéis, levei um susto. O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis. [...] Então, passei a ler a correspondência com um ano de atraso” (Peixoto, 1981, p. 13).

Na famosa “correspondência do exílio”, trocada enquanto articulavam a volta de Getúlio ao Catete, as menções ao arquivo são corriqueiras, e sempre cercadas de cuidados. Vargas evitava falar ao telefone, despachava por bilhetes e mesmo quando investido do cargo remetia a correspondência não oficial através de portadores de confiança¹¹.

Rapariguinha, junto envio-te esses papeis [...]. São destinados ao arquivo. (Fazenda do Itu, 26/5/1950. Volta ao Poder, 2018, p. 308)
Rapariguinha: Pus aqui em atividade o meu pessoal, por causa de uma tua carta que desapareceu. [...] Verifica se ela não te foi enviada na última remessa, com outras para o arquivo. Preciso tranquilizar-me, porque isso

suscita duvidas e conjecturas. [...]. Junto vai outra remessa de papéis para o arquivo, pois aqui não tenho onde guardá-los com segurança. [...]. (Estância de S. Pedro, Uruguaiana, 29/10/1950. Volta ao Poder, 2018, p. 394)
Rapariguinha, Aproveito a vinda do Napoleão para enviar-te alguma correspondência arquivável que aqui se está acumulando. (Estância de S. Pedro/Uruguaiana, 7/11/1950. Volta ao Poder, 2018, p. 403)

As formas de tratamento empregadas nas mais de 500 cartas trocadas com Alzira entre 1945 e 1950, durante a permanência dele em São Borja, mostram bem os termos afetivos da relação com a “auxiliar”. “Rapariguinha”, “Gê”, “Meu querido pai”, “patrão”. Já os apelidos e trocadilhos – “Grão de Bico” (atribuído ao então Presidente Dutra); “[Roberto] Azul Marinho”, os “Diários Assalariados” (de Assis Chateaubriand) – revelam uma face pouco cerimoniosa do jogo político. Jogo que, neste caso, é jogado nos marcos do pertencimento ao clã, e no que diz respeito a Alzira, na condição de ajudante do chefe da família – “a bacharela que ajuda o Getúlio”, como dizia o avô, Manuel (Amaral Peixoto, 1981, p. 37). Sob esse aspecto, a familiaridade de Alzira com o poder conecta o seu arquivo, de um lado, a seu modo personalista e informal de fazer política, e, de outro, com o arquivo do pai-Presidente, que ela organizou, manteve e carregou por décadas, até doá-lo ao CPDOC, em 1973.

Tal como o arquivo paterno, o de Alzira detém as marcas do poder e da vigilância: há documentos interceptados de adversá-

11 “Getúlio Vargas não usava telefone e isto está bem registrado nos livros e no folclore da família. Podia ser que não gostasse do instrumento, mas tinha a certeza de que tudo que pudesse falar por este instrumento poderia ser gravado. Ele escrevia e escrevia muito” (Peixoto, 2013, p. 14).

rios, relatórios confidenciais e correspondências numeradas. Sua forma singular de exercício do poder redundou em registros que tratam de política com um ar de domesticidade, onde notícias sobre o boletim escolar das crianças se misturam com relatórios sobre questões de segurança nacional. Embora muitíssimo menor, na comparação com os mais de 30 mil documentos do arquivo do pai e os cerca de 80 mil documentos do marido, o fundo AVAP tem uma abrangência tipológica e uma abertura temática proporcionalmente maior, talvez porque livre do perfil de estadista, que ela ajudou a imprimir no arquivo paterno (Silva, 1999; Nedel, 2013).

Este fundo, até há pouco um dos raros arquivos de mulheres do acervo do CPDOC, foi doado por ela ainda em vida - em 1985, mesmo ano em que o marido, Ernani, doou seu próprio arquivo¹². Falecidos os titulares, novas remessas de documentos foram realizadas pela filha do casal. Trata-se de um fundo pequeno, mas bastante diversificado. Inclui, além da correspondência, cadernetas, diários íntimos, notas, relatórios, discursos, rascunhos, material de campanha e recortes de jornal. São comuns as notas de caráter intimista, os registros de circunstância, o reaproveitamento de documentos para outros fins. Mas não nos deixemos levar por essa aparente informalidade: seus módicos 4 mil documentos estão longe de ser o resultado integral de uma acumulação espontânea.

Em primeiro lugar, a pequena quantidade de registros em relação ao papel estratégico da informação no desempenho político da titular faz pensar nos outros tantos do-

cumentos que ficaram de fora do arquivo. É o caso das cartas e bilhetes trocados com o amigo Samuel. Uma busca no sistema de arquivos do CPDOC confirma a presença de Samuel no arquivo pessoal de Getúlio Vargas, mas certifica que Alzira retirou todas as cartas trocadas com Wainer de seu próprio arquivo. No entanto, não deixou de guardá-las. E releu essas cartas. Nos anos em que se correspondia com Pinky, Alzira pretendia voltar à escrita do segundo volume de *Getúlio, meu pai*, que ela muitas vezes interrompera. Compelida a essa retomada, dizia não ter “direito ao silêncio”; ter “vergonha de continuar a calar” (Amaral Peixoto, 2017, p. 421). Nas cartas que trocou com a afilhada, permeadas por conversas sobre vida pessoal, família, amizades e a perda de entes queridos, Alzira expressa o desejo de ser uma “madrinha de verdade” e conta, em diferentes momentos, o quão próxima fora de Samuel. “Tenho inúmeras cartas dele, mas minha vida está uma bagunça mais que a tua” (AVAP-PW, Rio, 26/09/1986). A certa altura, fazendo notar que o reencontro reavivava lembranças, comenta ter acordado com vontade de lhe escrever, e que “Relendo velhas cartas de Samuel a vontade aumentou” (AVAP-PW. RJ, 10/07/1989).

Além das ausências documentais que marcam silenciamentos calculados (em face, como é comum, da existência nos documentos de menções a pessoas vivas), o contraste entre a desordem de algumas parcelas do arquivo com o rigor da organização impressa a outras - no caso, à correspondência, tal como observado pela filha, Celina, a propósito do cuidado dispensado por Alzira a esse tipo de documentação (Amaral Peixo-

12 Coincidência ou não, ambos os arquivos foram doados ao Centro no mesmo ano em que este adquire autonomia em relação ao INDIPO, então dirigido por Afonso Arinos, ao qual o CPDOC estava submetido desde a criação, doze anos antes (Peixoto, 1999).

to, 2013) - faz lembrar da seletividade dos conjuntos, característica comum à memória que ajudam a configurar¹³. Certamente, o uso permanente dos documentos de Vargas na atividade pública de Alzira depois da volta de Washington, no final da década de 1950, quando passa a reputada guardiã da memória do presidente; ou, ainda, a valoração social desse tipo de registro (a carta) e as eventuais interferências de seu secretário, Jorge Amaral, sobre o arquivo, são fatores que pesam para a heterogeneidade da “ordem original” do fundo AVAP. Mas o dado significativo aqui é que não há arquivo completo, e menos ainda quando se trata de arquivos alheios às normas e códigos das organizações. Mesmo nos casos de arquivos pessoais que, sendo uma extensão da atividade política, registram questões de segurança institucional, nem o mais metódico acumulador detém o controle integral de tudo o que guarda. As situações variam, os critérios mudam e nem sempre estão muito claros, mesmo para os “arquivadores”. Muito a propósito, em uma das cartas a Pinky, Alzira faz referência ao seu arquivo no mesmo tom zombeteiro com que se referia à própria “cabeça”: “como gaveta de sapateiro, tem de tudo” (AVAP-PW. RJ, 08/12/1986).

A natureza contingente e arbitrária dos

arquivos de pessoas não deve, tampouco, obscurecer o caráter coletivo e estruturado das práticas das quais se originam, mesmo que o fundo tenha sua lógica de acumulação centrada na figura de um indivíduo. Exatamente por conter “de tudo” o arquivo pessoal se presta a muita coisa; sua natureza fragmentária favorece as bricolagens por meio das quais se constroem legados de figuras públicas. É compreensível então que muito do que poderia compor o arquivo de Vargas tenha ido parar no arquivo de Alzira, e outro tanto do que deveria estar no arquivo de Alzira tenha restado na “gaveta”. Nisso, o arquivo dela não é exceção. Seus claros e escuros fazem jus à participação *sui generis* de “Alzirinha” no processo político brasileiro, ao tempo em que o pai governava com ela, pedindo-lhe, por vezes, para pôr informações em reserva: “Põe isso no teu cemitério particular até que eu peça” (Amaral Peixoto, 2017, p. 313).

Ainda assim, na fase mais madura da vida, “Dona Alzira” produziu uma série de documentos que registram o trabalho de mentora de um projeto de memória que ela também soube transmitir à filha, Celina¹⁴, que na atividade de gestora ajudou a reconfigurar as bases da pesquisa sobre a “Era Vargas”. Como parte desse investimen-

13 Nesta altura poderíamos questionar a razão pela qual a “correspondência do exílio” que, pelos princípios da arquivística, deveria constar no arquivo pessoal de Vargas, foi toda ela parar no arquivo de Alzira. Certamente a decisão desse arranjo coube à filha, usuária e organizadora dos arquivos do pai, mas talvez as razões para as cartas ficarem de fora do Fundo GV tenham sido, primeiro, o fato de datarem de período anterior ao exercício do mandato presidencial e, em segundo lugar, o modo informal, quando não jocoso, com que os habitantes do mundo político - ministros, deputados, banqueiros, lobistas e empresários - foram tratados na correspondência.

14 Celina Vargas do Amaral Peixoto foi diretora do CPDOC entre 1973 e 1990, do Arquivo Nacional entre 1980 a 1990, além de superintendente e depois diretora geral da FGV de 1990 a 1997. Autora de trabalhos importantes na área da legislação arquivística, ex-dirigente do Arquivo Nacional, foi a primeira diretora do CPDOC, órgão expressamente criado para guardar o acervo documental de Getúlio. O responsável pela criação dessa unidade da Fundação Getúlio Vargas foi Luís Simões Lopes, velho amigo da família e correligionário de Vargas, colega de Alzira na Secretaria da Presidência da República, diretor do DASP entre 1938 e 1945, e presidente da FGV entre 1944 e 1993. Faleceu em fevereiro de 1994. Seu arquivo encontra-se depositado no CPDOC.

to, os documentos da série “Vida Pública”, subsérie “Getulio Vargas”, dossiê “Acervo Getulio Vargas”, registram o controle que Alzira exerceu sobre a circulação e os usos do arquivo do pai no tempo da custódia domiciliar. Esses registros são reveladores da vigilância exercida não apenas sobre o material consultado (que ela abria, conferia e entregava em mãos, só passando a pasta seguinte quando recebesse a anterior de volta) (Peixoto, 2013, p. 9), quanto da verificação prévia de confiabilidade dos consulentes. Isso sem falar das relações pessoais que Alzira manteve, por anos, com historiadores e cientistas sociais, sobretudo Helio Silva, “brasilianistas” norte-americanos e acadêmicos brasileiros que frequentaram sua sala de jantar nos finais de 1960 e início dos anos 1970 (Nedel, 2013). Entre estes, as amigas, colegas e conhecidos de Celina, então estudante de sociologia na PUC. Selando os vínculos do CPDOC com o IUPERJ, onde muitos fizeram sua formação como pós-graduandos, eles viriam a compor o rol de estudiosos dedicados a duas áreas de pesquisa até então incipientes no Brasil: a história contemporânea e a sociologia das elites (Nedel, 2013; Peixoto, 2013; 2019; Oliveira, 2010; Abreu, 2012; Camargo, 2019).

Se é possível observar as lacunas devidas às relações da titular do arquivo com pessoas citadas na documentação, avaliações sobre a confidencialidade de documentos pesaram, como é obvio, também sobre outros tipos documentais, em especial os diários de Vargas. Escritos entre 1930 e 1942, constavam de doze cadernos, nove dos quais com notas e marcas de uso pela guardiã, que os empregou na escrita de suas memórias, nos

anos seguintes à perda do pai. Esses diários, que não entraram no arquivo doado por ela em 1973, foram acrescentados e transcritos ao longo de 1993 e 1994 por Celina com a ajuda do tio, Maneco Vargas, visando a publicação nos 40 anos de morte do avô, em 1994. Por questões operacionais acabaram vindo a lume em 1995, três anos após o falecimento da mãe, ocasião em que Celina pôde localizá-los “escondidos pela casa” (Gomes, 1996, p. 28; Peixoto, 1995, p. VII). Recentemente, o livro *Getulio, meu pai*, que Alzira escreveu durante sua estada em Washington como embaixatriz, entre 1956 e 1959, foi reeditado, com o acréscimo dos manuscritos do planejado segundo volume, que Celina acrescentara ao arquivo depois da morte da mãe, e o prefácio, escrito a pedido de Celina, pelo aclamado biógrafo de Vargas, Lira Neto.

Feito para “esclarecer a história”, “provocar polêmicas”, “romper silêncios”¹⁵ e trazer verdades à tona, o livro publicado em 1960 encerrava um processo doloroso de recomposição da própria identidade da narradora, sinalizando a transformação da maneira pela qual continuaria a intervir no espaço público, e a missão a que a filha conselheira se impôs depois da morte do pai: “fazer justiça”, através da “História verdadeira, documentada e sofrida desse ano de 1937 [...] a um homem que não teve medo de ser chamado pelo nome que mais detestou, desde sua infância, para salvar seu país do caos, o nome de ditador Getúlio Vargas” (Peixoto, 2017, p.225).

Nos escritos para o segundo volume daquelas memórias, que inevitavelmente abarcaria o período de sua mais intensa atuação na política, consta um prefácio (o terceiro,

15 Cf. “Alzira Vargas, em suas próprias palavras”. *Revista do Globo*, 6 a 19 de agosto de 1960, pp. 41-42.

segundo os originais), que na edição de “escritos inéditos”, publicados em 2017, levou o título de “Não é agora” – as duas primeiras palavras da primeira frase: “Não é agora que este livro deveria ter visto as rotativas, e sim dez anos atrás” (Peixoto, 2017, p. 302). Depois de reler *Getúlio meu pai* e encontrá-lo “imaturo, embora verídico”, Alzira, já plenamente instalada na condição de mediadora da memória familiar, reafirma a necessidade de “voltar aos primórdios e às consequências naturais do golpe de 10 de novembro de 1937” para instalar-se também como protagonista da história, “para relatar também a minha verdade, aqueles [fatos] que presenciei ou [a história] da qual fui parte central”, com o recurso às “cartas, testemunhos e depoimentos” de “homens que tomaram parte ativa naquele período [e que] já não existem. De todos me utilizarei oportunamente” (Peixoto, 2017, p. 302).

Tal compromisso se integra ao repertório de intenções e sentidos atribuídos aos arquivos que ela, como membro do conselho de doadores da FGV, ajudou a filha a captar para o CPDOC, todos marcados pelas escolhas de quem os produziu, selecionou e preservou. Note-se então, que, assim como não se dá a qualquer ator social o selo de reconhecimento “histórico”, mesmo os personagens que por suas posições em esfera de poder detêm esse reconhecimento e transmi-

tem aos herdeiros a missão de “preservar a memória”, raramente vêem o planejado para ser lembrado interpelar a subjetividade dos contemporâneos. Ou, por outra: da mesma forma como seria ingênuo supor alguma regra de equivalência entre trajetória individual e arquivo pessoal (Heymann, 2009), como se arquivos de personagens importantes correspondessem sempre, em volume documental, à estatura “histórica” do sujeito que dá nome ao fundo, nem sempre a evocação pública que se faz do biografado corresponde ao que os herdeiros consideram “justo”, no sentido de ajustado aos parâmetros de auto-representação do grupo identificado com ele. Significa dizer que os arquivos pessoais de políticos não necessariamente assumem um sentido celebrativo. No caso de Alzira o arquivo tem o sentido de reparar¹⁶. Subjaz ao seu reconhecimento do arquivo como herança coletiva, a ideia de que o tempo funciona como uma espécie de entidade julgadora. Nesse “tribunal” metafísico, a derrota política pode ser traduzida como “lado certo” – tão certo como “esquecido”, “distorcido” ou “apagado” – da “história”. No âmbito dessas representações, quanto maiores as expectativas depositadas sobre a memória e quanto mais essas expectativas se frustram, diante da força relativa do testemunho perante outras fontes de creditação do passado, mais os sentidos atribuídos ao arquivo fazem

16 Sob esse aspecto, o caso de Vargas assemelha-se ao de Epitácio Pessoa, referido por Heymann (1998) e examinado por Lewin (1995, 1996). O arquivo do político paraibano, doado ao IHGB em 1962, foi deixado à filha e organizado pelo sobrinho, Antônio da Silva Pessoa Filho. Este, além de arquivador, exercia as funções de secretário do titular. Epitácio Pessoa teve uma gestão tão controversa à frente da presidência da república (1919-1922), quanto controvertida foi a recepção do livro intitulado *Pela Verdade*, em que tentou justificá-la. Segundo Lewin, essas condições fundamentam o desejo manifestado em vida, de que seu arquivo estivesse disponível para futuros historiadores, na expectativa de que a pesquisa histórica lhe fizesse justiça (Lewin, 1995, p. 69). A propósito, vale recordar o comentário de Luciana Heymann (1998, p. 48) de que neste caso a doação do arquivo “não tem o sentido, talvez mais corriqueiro, de coroamento de uma atuação pública consagrada. Funcionou mais como instrumento através do qual, não apenas o titular, como também a família, buscam uma redenção futura, o reconhecimento pela história, negados pelos contemporâneos”.

convergir as noções de “fonte” (da história) com a de “prova” (da justiça).

3. A reparação pelo arquivo: as cartas do fundo AVAP no acervo do CPDOC

A ideia de geração sugere uma métrica subjetiva do tempo, “um tempo interior só apreensível qualitativamente”, segundo a formulação de Dilthey que serviu de inspiração a Mannheim (Weller, 2010, p. 208). Para fins da análise pretendida aqui, falar em um modo geracional de elaboração da memória biográfica de Samuel Wainer implica relacionar o passado referencial das narrativas produzidas nas cartas com o presente do ato de recordar, de modo que os eventos recordados pelas narradoras se articulem à experiência acumulada por cada uma no intervalo entre um tempo e outro. Traduzindo para o caso de Pinky e Alzira, no reencontro entre madrinha e afilhada, as lembranças que evocam a proximidade entre as famílias estão demarcadas pelo período em que Samuel e Alzira foram amigos e/ou trabalharam juntos em prol de Vargas e do trabalhismo, entre a campanha eleitoral de 1950 e governo Kubitschek. Esses “velhos tempos”, que incluem o nascimento de Pinky e o convite para Alzira para ser sua madrinha, são recordados em face das lições tiradas dos anos de ditadura e à luz do modo como viveram, ambas na condição de filha, os altos e baixos da trajetória política e pes-

soal de seus pais. Se na vida de Alzira os anos 1980 a 1990 correspondem ao apagar das luzes de uma trajetória dividida em duas, tendo por marco referencial o suicídio de Vargas, que é o divisor de águas entre a *Alzirinha* da crônica política e a *Dona Alzira*, testemunha ocular e detentora dos arquivos, no caso de Pinky esses dez anos são, eles mesmos, ambíguos. Profissionalmente, estão marcados pelos primeiros vôos da artista, que entra na terceira década de vida começando a circular pelo mundo das galerias, exposições e do mercado de arte. Pessoalmente, pelo luto e o mergulho no passado de Samuel, que impulsiona o contato com a madrinha e com suas próprias origens.

Quando Alzira recebe a primeira carta, em 22/7/84, fazia só três meses que Samuel Wainer Filho, Samuca, irmão de Pinky, jornalista como o pai, havia morrido em um acidente de carro. Quatro anos antes falecera Samuel. Desses quatro anos, Pinky passara os últimos três organizando e transcrevendo as 53 fitas gravadas para compor a autobiografia que, depois de muito hesitar, ele decidira publicar em breve¹⁷. A experiência, transformadora, como Pinky lembrou mais tarde, abriu-lhe os olhos para a participação da família na história política do país.

Eu não sabia nada de política, até porque o meu pai protegeu a gente o máximo que ele pôde - e eu só fui entender isso depois - da

17 Wainer hesitou em escrever suas memórias, que ele dizia serem impubescíveis. Foi o amigo e colega de profissão Sérgio de Souza, ex-editor da revista *Realidade* (futuro fundador da revista *Caros amigos*), quem lhe emprestou o dinheiro para o projeto, realizado em três etapas, entre janeiro e agosto de 1980. Antes disso, Wainer teve acesso às memórias de Carlos Lacerda, publicadas nos mesmos moldes de uma “auto-reportagem”, em 1978. O material transcrito por Pinky foi editado pelo jornalista Augusto Nunes, que realçou a figura pública de Samuel - suprimindo-lhe a “voz inconfundível”, segundo Paulo Francis (Monteiro, 2020, p. 10 -), e publicado em 1987 pela editora que Wainer escolhera antes de partir, a Record. Imaginava que Jorge Amado, amigo velho do tempo de *Diretrizes*, pudesse garantir a publicação, lembrando que a editora pertencia a Alfredo Machado, amigo de Lacerda (Podcast do arquivo, 2024). Recentemente, em 2015, foi republicado, pela editora Planeta, com a inclusão e/ou modificação de informações, como o lugar de nascimento de Wainer, finalmente revelado, e sua atuação no governo Jango.

realidade mais pesada dele, das esquerdas, dos governos, da violência que havia em torno do Última Hora, do grupo que controlava a imprensa [...], que são quatro ou cinco. Meu pai tentou entrar nesse grupo e se ferrou. [...]. Então a grande lição de política que eu tive foi quando eu transcrevi as fitas do livro dele porque eu vi a história da vida dele inteira e eu entendi [...] aquilo de uma maneira profunda e ali eu tomei varias lições. (Wainer, 2018)

A imersão de Pinky nas memórias do pai e na história do Brasil, ao contato com os registros de sua intensa atividade pública, veio no momento em que as circunstâncias lhe chamavam, com a morte de Samuel, a falar sobre ele e em nome dele, a destacar seu *legado* para o jornalismo e a providenciar para seu espólio algum destino. Assim, quando fica sabendo pela mãe, Danuza, que Alzira estivera na missa de Samuca e perguntara por ela, estando já em convívio com a madrinha nas lembranças de Samuel, Pinky resolve escrever e contar que estava transcrevendo as gravações:

[...] foi muito importante e bom pois [...] me foi possível conhecer sob o ponto de vista dele, você e seu pai. E eu queria muito que você soubesse o quanto ele gostava de vocês. [...] É, eu aprendi e absorvi isso dele. E passo para os meus filhos de maneira emocionada. (PW-AVAP. São Paulo, 22/7/1984)

A conversa que se originou dessa declaração comovida suscita outras manifesta-

ções de afeto, vindas da madrinha, que passam pela lembrança do jornal Última Hora e da personalidade carismática do “Profeta”. Alzira responde exultante, recapitulando o passado e explicando o afastamento:

Pinky, minha querida, você jamais poderá aquilatar como foi bom para mim receber sua carta. [...] Seu pai e eu fomos realmente muito amigos [...] Anos depois tivemos uma briga telefônica (se fosse cara a cara talvez a briga não tivesse acontecido).[...] Quando soube de sua morte sofri a perda de um amigo e escrevi ao Samuca [...] Não escrevi para você diretamente. Imaginei, vejo agora erroneamente, que vocês não gostassem de mim [...] e preferi sofrer sozinha. Seu pai, Pinky, foi um homem fabuloso e jornalista dos mais completos que conheci. Meu pai gostava muito dele e o chamava “Profeta”. Quis fazer dele embaixador e foi aí que eu entrei na sua vida. Pediu-me: “Tire essa ideia da cabeça do Dr. Getulio, eu não quero ser embaixador, eu quero fundar um jornal.” [...] Unimos nossas forças e “Ultima Hora” nasceu. Um dia com mais calma [...] conversaremos. Beija-te com muito carinho e amizade, tua madrinha. (AVAP-PW, Rio, 27/7/1984)

Foi no final do triste ano de 1954 que Alzira se tornou madrinha de Pinky, cujo nome, Déborah, é uma tradução de Dvora - nome original da mãe de Samuel. O apelido, que liga a ascendência judaica do nome à “premonitória” reportagem, publicada por Samuel em 1949, na qual teria anunciado a “volta” de Vargas como um líder das massas¹⁸,

18 Lira Neto (2014) retoma o texto original da entrevista publicada por Wainer em 5/3/1949, e celebrada nas memórias do jornalista como momento inaugural de sua amizade com Getulio, para mostrar a mística criada em torno de uma declaração nunca proferida. Essa entrevista aparece nas memórias de Wainer como devida ao seu ímpeto de jornalista, que, sobrevoando Santos Reis, em vez de fazer a reportagem sobre o trigo, conforme o padrão Chateaubriand lhe encomendara, teria resolvido descer e entrevistar o ex-presidente de surpresa. Na verdade, as cartas trocadas entre Alzira e Getúlio mostram que a ida de um repórter dos Diários Associados a São Borja tinha sido combinada entre ela e o deputado udenista José Cândido Ferraz,

constituía o mito de origem de uma amizade ostensiva. Como ele disse: “Eu era dono de um poder, que é o próprio jornal em si, e dono de um outro poder, que era o de porta-voz de um Presidente da República”¹⁹. Entre 1949 e 1952, Wainer viveu sua mais alentada aventura política e jornalística “em completa sintonia” com Vargas: “Éramos amigos e, eventualmente, cúmplices” (Wainer, 1988, p. 172). Sem partido declarado nem função pública determinada, ao lado de Alzira ele agia nos bastidores, influenciando na decisão de embaixadores (como Walter Moreira Salles, um dos financiadores para a compra de UH) e servindo, por vezes, como laranja de Vargas na tarefa de derrubar ministros fieis ao “getulismo”, a exemplo de Danton Coelho (Wainer, 1988, p. 150). Enquanto pôde, Samuel articulou com Vargas o que e como publicar na UH: “Eu costumava consultar Getúlio sempre que surgiam fatos e assuntos diretamente ligados aos interesses do presidente. Ele também me fazia sugestões e transmitia opiniões, regularmente, de viva voz ou através de interm-diários. Às vezes, mandava bilhetes” (Wainer, 1988, p. 150).

Já durante o chamado exílio, muito antes de Wainer emplacar em capa de jornal o lema queremista “Ele voltará!”, Vargas e Alzira trocavam impressões sobre a difícil relação com a imprensa. A incompatibilidade remontava ao Estado Novo, quando jornais e jornalistas viveram debaixo de censura prévia, ameaças de prisão e do controle das cotas de importação de papel exercido pelo DIP, chefiado por Lourival Fontes. Na correspondência com Alzira essa indisposi-

ção, que já se apresentava ameaçadora para o candidato a Presidente, leva o nome de Assis Chateaubriand - “o leproso Chatô. Um tal chantagista, [que] mente com cinismo descarado [e] fica assanhado sempre que se ameaça acabar com os monopólios. Ele tem o da opinião pública através dos seus diários assalariados. Este, sim, foi culpa do meu governo, que o permitiu” (GV-AVAP. Santos Reis, 4/01/1949. Volta ao Poder, 2018, p. 11).

São também dessa época as primeiras aparições de Wainer na correspondência, ainda funcionário dos Diários Associados e sem traços da intimidade que viria a desfrutar mais tarde. São interessantes as cartas em que pai e filha comentam o sucesso das estratégias eleitorais combinadas na preparação da campanha: “Tua entrevista publicada pelo Wainer está muito boa e oportuna. Não sei que feitiço puseste no homem que ele virou teu *fan* [sic]. Sente-se isso através de todas as suas publicações. Ainda não o conheço.” (AVAP-GV, Rio, 24/06/49 Volta ao poder, 2018, p. 125). Aos poucos, Wainer vai entrando na campanha e se torna um dos portadores de confiança da correspondência: “Rapariguinha, [...] não sei se recebeste o cartão enviado pelo Wainer, um tanto pessimista, e a carta posterior, mais otimista”. (GV-AVAP, Itu, 02/06/1950. Volta ao poder, 2018, p. 313); “Meu querido pai, Aproveito a ida do Wainer para te mandar mais umas linhas apressadas” (AVAP-GV, Rio, 2/6/1950. Volta ao poder, 2018, p. 313). A vitória eleitoral foi também comemorada à distância, e àquela altura,

para abortar as negociações de coligação entre o PSD e a UDN. A ideia era “arrancar de Getúlio algum comentário positivo em relação a Eduardo Gomes com o objetivo declarado de introduzir o brigadeiro de novo na bolsa de apostas eleitorais” (Neto, 2014, p. 161). O caso é que a carta de Alzira a Vargas chegou depois de Wainer, de modo que Getúlio viu-se realmente surpreendido pelo entrevistador.

19 Cf. Fita no. 1 (2a série), p. 21/916, do material bruto de S.W. Citado em Rouchou, 2020, p. 117.

ambos sabiam para quem seria a primeira entrevista do candidato eleito: “O Wainer deve seguir para aí amanhã ou depois, por ordem do Chatô, para fazer a primeira entrevista do futuro presidente da República” (AVAP-GV, Rio, 05/04/1950 Volta ao poder, 2018, p. 377). Cartas posteriores, no fundo GV, confirmam o afeto investido na relação com Vargas. É o que se depreende de outra missiva, já sobre o papel timbrado do Última Hora, que explicita o *modus operandi* do jornal com o governo e o comum acordo quanto às suas estratégias editoriais:

Presidente, boa tarde. Como o sr. Deve estar enjoado de ver a minha cara, não vou hoje aí, mas não posso deixar de dar ao sr. um sumarássimo resumo da enorme repercussão que teve o nosso editorial sobre a tese da reforma ministerial. [...] Amanhã pretendo dar outro editorial com a tese de que o fortalecimento de Vargas é um imperativo de interesse nacional e não partidário. [...] Caso o sr. julgue esse editorial inoportuno, peço mandar-me um aviso. Parece-me entretanto, diante do que colhi após a nossa chegada, que esse editorial seria bem recebido. Abraços e saudades do seu profeta, Samuel. (GV c 1951.00.00/86)

Se o alinhamento com Vargas afastava anunciantes, UH em compensação vendia bem. Apenas um mês depois do lançamento, já era o jornal de maior circulação no Rio de Janeiro. Em poucos anos abriu filiais em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (Monteiro, 2020, p. 203). A linha editorial do jornal, somada à rápida ascensão da empresa, fez de Wainer um alvo privilegiado dos adversários políticos

de Vargas, em especial Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand, a UDN e parte da corporação militar, que desde o início identificaram no UH um instrumento da esquerda e do “getulismo”. Em 1953, Lacerda e Chateaubriand uniram forças, lançando pela tv, rádio e jornais uma campanha cerrada contra Samuel. Promoveram uma CPI para investigar os empréstimos federais contraídos por ele, vasculharam arquivos e encontraram um documento de matrícula no Colégio Pedro II, onde estudara, em que se declarava paulistano. Para Lacerda, era a prova de que nascido na Bessarábia, Samuel falsificara documentos para se passar por brasileiro e não poderia, portanto, ser proprietário de empresa jornalística no Brasil, condição vetada por lei a estrangeiros. Desde então, Wainer passou a ser chamado no *Tribuna da Imprensa* de “brasileiro de última hora”.

Durante a CPI, vários amigos judeus dos pais de Wainer depuseram, garantindo que assistiram a seu brit-milá (Rouchou, 2020). Para não traí-los, Wainer manteve segredo de seu verdadeiro local de nascimento até morrer. Em 1953, durante a CPI, foi preso por ter-se recusado a revelar outro segredo: os nomes dos financiadores do UH. Em 1955 foi condenado a um ano de cadeia por falsidade ideológica e falsificação de documentos públicos, recorreu ao STF e se livrou da pena por prescrição. Nas memórias em que justifica suas escolhas no balanço dos ódios, interesses e erros que o levaram do alto à lona - como o Gatsby com quem o amigo Paulo Francis o comparou²⁰ - Wainer lembra da distância entre a posição alcançada e a condição de origem. Da falta de dinheiro da família, da saúde precária e de sofrer “como todos, as humilhações reser-

20 Cf. FRANCIS, P. FSP, 4/9/1980, p. 6.

vadas aos meninos de origem judaica. Naquela época, anterior a Hitler, nós éramos os ‘assassinos de Cristo’” (Wainer, 1988, p. 43). Mais adiante, lista os ataques que pessoas ligadas a ele sofreram naqueles anos “[...] como quando chamaram de ‘concubina’ uma mulher com quem me casara, ou quando insinuaram que eu tivera um filho com Danuza Leão apenas para livrar-me do risco de ser expulso do país” (Wainer, 1988, p. 196). Entre as mulheres, sua mãe:

[...] a velha e generosa dona Dora. Num dia qualquer, ela estava com o televisor ligado quando apareceu no vídeo a figura de Carlos Lacerda, então empenhado em provar que eu não nascera no Brasil. Ele começou a desenhar a árvore genealógica dos Wainer e a despejar ameaças com voz soturna. Dona Dora apavorou-se: emergiu-lhe do fundo da memória a lembrança terrível dos pogroms que testemunhara na Bessarábia. (Wainer, 1988, p. 196)

Pinky viveu os altos e baixos de uma vida familiar movimentada pelas tensões da proximidade com o poder e forçada por elas a silenciar sobre as origens. Quando pequena, frequentava o sítio da presidência em Jacarepaguá e a piscina do Palácio Guanabara, “como se fosse a continuação da casa”. Via o entrar e sair de famosos: “Desde pequenininha, desde os 5, 6 anos, lembro. Da casa cheia, lembro dos políticos, lembro das festas e das reuniões de madrugada” (Tutameia TV, 2018). Passou o exílio de Samuel na França, para onde se mudou com a mãe, já divorciada, e os irmãos aos 9 anos, em 1964. Aos 14 anos, em 1969, retornou ao Rio de Janeiro com o pai, já completamente endividado. Segundo ela, no Brasil dos anos 1970 havia duas opções para a juventude: o desbunde ou a resistência armada. Foi para

Arembepe viver numa comunidade hippie: “Eu vinha de uma Europa onde a mudança de costumes era fortíssima, tinha tido Woodstock, tudo. Então eu não estava nem um pouco preocupada e nem sabia de política. Fui direto para o desbunde” (Wainer, 2018). Até que, aos vinte anos, em viagem a São Paulo para comparecer a uma festa, depois de ficar hospedada na casa da tia Fany, decidiu não voltar. Samuel a seguiu e foram morar juntos. No começo dos anos 1980, já casada com um produtor de tv independente, Roberto Oliveira, Pinky fazia trabalhos como entrevistadora, produtora e artista gráfica. Para ela, a experiência em São Paulo foi um “anonimato que a salvou”, pois o Rio era “cruel com os perdedores” (Tutameia TV 2018). Em São Paulo, seu pai teria ganho, além de trabalho em jornal, que amava, algum prestígio, uma nova identidade e com isso mais “uns quinze anos de vida” (Podcast do Arquivo, 2024).

Nota-se que o desejo de reparação, menos movido pelo engajamento político direto, mas ainda assim, em desagravo à violência sofrida pela família, também move a relação de Pinky com a memória do pai e de seu “legado”, o jornal que criou e dirigiu. Entre os episódios dolorosos do passado, ela lembra a história das tias apavoradas na rua ao ouvirem de dentro das casas da vizinhança Lacerda vociferar contra o “bessarabiano” (HD, 2019). A jornalista Joelle Rouchou (2020), autora de uma dissertação de mestrado em que reflete sobre “as duas vozes de Samuel”, a do jornalista e a do judeu, conversou com uma das irmãs que, emocionada, não pôde continuar a entrevista. “Tem um ressentimento”, afirma Pinky (HD, 2019). Há uma sutil presença, entre os familiares, de uma memória de exclusão que dificulta a comunicação e tensiona a negociação da memória pessoal

com a significação histórica da experiência. Tal tensão determina o lugar das origens na trajetória de Wainer, para quem o limite do dizível (Pollak, 2010) traça uma linha divisória entre o público e o privado. Em uma das cartas de Pinky, essa mesma visão da origem como uma espécie de desterro reverbera sobre sua própria (não)identidade:

Alzira querida [...] Ao lidar com as lembranças do SW descobri que não tenho raízes. A estória da gente ‘começa’ no Samuel e na Danuza. E a vida da gente foi tão cheia de altos e baixos e mudanças bruscas que eu não tive aquilo que hoje procuro passar para meus filhos: uma vida estável [...] Os imigrantes do começo do século não traziam lembranças. Acho que eles vinham fugindo de uma vida dura, difícil, de guerras e perseguições. E quando chegaram faziam questão de esquecer e começar tudo de novo. Tenho perguntado muito aos meus tios Wainer, mas ninguém sabe de nada. Mas ando lendo e me informando muito sobre a Bessarábia e isso tem sido muito bom. Com isso passei a ter uma história, raízes que passo para meus filhos [...]. (PW-AVAP SP, 7/10/86)

É no contato com o relato de um Samuel idoso e doente, que Alzira não conheceu, e muito mais interessado na questão do judaísmo do que em outros momentos da vida, que Pinky retoma uma relação interrompida há trinta anos. A troca de cartas com a madrinha deriva, aos poucos, em um acordo prático para “recompor” o passado, e as duas começam a trocar documentos: Pinky queria uma cópia do bilhete que Alzira enviara a Samuca, prateando a morte de Samuel; Alzira queria a cópia de um documento que supunha estar no arquivo de Samuel, e que provaria ser verdadeira uma lembrança sua: a de que Dona Darcy tinha

sido chamada a depor depois da morte de Vargas, durante o governo Café Filho. Os assuntos vão se sucedendo e aprofundando, à medida que elas vão se (re)conhecendo, de modo que a crise do UH e o suicídio de Vargas se interligam numa história que explica as “injustiças” sofridas por Vargas e Samuel.

Quando disse que a ligação de seu pai com o meu poderia ter influenciado negativamente no reconhecimento a Samuel foi porque não tenho ouvido outra coisa. O Wainer de “Diretrizes” [...] é ignorado porque teriam de lembrar também do homem que fez uma revolução na Imprensa brasileira com a criação de Última Hora [...], pois estas coisas estão ligadas ao Governo Getúlio Vargas e a este, como não o entenderam até hoje, preferem ignorar e evitar. Você entendeu agora o que eu quis dizer? Samuel opositor seria hoje um deus, Samuel getulista ainda é execrado e temido. [...] As mesmas forças que levaram meu pai à morte conseguiram depois o sacrifício do seu. Nessa época já havíamos brigado, por um motivo fútil reconheço, assim ignoro como se deram os fatos. Nossa troca de informações tem sido ótima para mim, espero que o seja para você também. (AVAP-PW [Jan-maio/ 1987])

O modo como Alzira toma parte da iniciação de Pinky Weiner nos afazeres de legatária é marcado pela condição de testemunha, e é dessa posição que ela procede ao ajustamento biográfico dos personagens envolvidos na crise de 1954. As cartas de Alzira falam de política na sua versão mais dramática, remetendo a fatos muitas vezes caracterizados como esquecidos, não sabidos ou deliberadamente ignorados pela imprensa ou pela “história”. As narrativas evocam figuras-chave da

crise, com menções recorrentes a poucos, mas significativos personagens, incluindo a figura de um suposto traidor comum a Getúlio, Samuel e Alzira, também apontado nas memórias de Wainer (1988, p. 150; 173; 195): Lourival Fontes.

Quando “Minha Razão de Viver” ganha as livrarias, no final de 1987, Alzira adquire seu exemplar e dele faz a leitura atenta e corretiva que costumava fazer dos textos produzidos por quem consultava o arquivo de Vargas, no tempo em que franqueava a sala de jantar a pesquisadores. Ela corrige os “Enganos do SAMUEL ou da GRAVAÇÃO”, como consta no documento enviado a Pinky. Lourival Fontes, que na ditadura do Estado Novo foi o homem forte do DIP e, em 1951, assumiu a função de secretário da Presidência da República, aparece nas notas de Alzira na passagem em que Samuel acusa Lourival de ser um informante secreto de Lacerda, para quem interceptava bilhetes e correspondências dirigidas ao Presidente, inclusive as suas. Alzira anota: “p. 194 - e seguintes - O boicote ao Samuel e a mim tinham a mesma origem, Lourival Fontes, junto ao meu pai. Tanto a defesa dele quanto a minha foi passar por cima da cabeça desse sinistro cavaleiro. Somente nos primeiros meses de 1954, obtive a duras penas a promessa de retirá-lo do caminho. Mas o ‘circo’ já estava formado”²¹.

Um ano antes de falecer, em 1991, Alzira procurou as pesquisadoras do CPDOC para retomar a entrevista concedida para o projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, criado em 1975, no âmbito do setor de História Oral. No contexto

dessa surpreendente iniciativa, pois era reconhecida entre as pesquisadoras do Centro a resistência de Dona Alzira à imprensa e a entrevistas (Gomes, 1996, p. 17), uma das entrevistadoras pergunta sobre a rotina de audiências do palácio do Catete e sua participação ativa no governo. Alzira começa a contar sobre o trato com os frequentadores do palácio, quando é perguntada: “E Lourival Fontes?”, ao que responde: “O Lourival foi, para mim, a maior decepção da minha vida. Porque de uma certa maneira, eu sou co-responsável por ele ter sido convidado para o gabinete”.²² Em artigo de 2001, Lucia Lippi Oliveira pergunta sobre as razões que teriam levado ao ostracismo político do inventor no mito Vargas, dado que “[...] o sr. Lourival Fontes não seria nem mais nem menos fascista do que inúmeras outras figuras que permaneceram no governo Vargas” (Oliveira, 2001, 56). Lucia elenca dois fatores. O primeiro é que Lourival era o principal executor das diretrizes do regime do Estado Novo na relação com a imprensa: “Responsável por essa intermediação, Lourival Fontes tornou-se alvo das primeiras e mais fortes críticas da imprensa ao regime” (Oliveira, 2001, p. 56). A “solução” encontrada por Vargas e Alzira, de criar UH, acabaria se tornando o estopim da crise que levou ao suicídio. A segunda pista vem do depoimento de Ernani do Amaral Peixoto em *Artes da Política*, e residiria na atitude suspeita de Lourival Fontes durante a crise de Getúlio. Segundo Adalgisa Nery, ex-mulher de Fontes, ele passava horas ao telefone com Lacerda. O enteado de Fontes, Emmanuel Nery, reforça essa ideia, afir-

21 CPDOC/FGV - AVAP gv acgv 1944.05.05(4).

22 Na carta em que Alzira, a pedido do pai, indica nomes para a secretaria, ela expõe as razões de sua preferência por Lourival: “Inteligente, fiel, dedicado, tem bom-senso e não quebra a tradição porque também é meio surdo” (AVAP-GV, RJ, 12/11/1950. Volta ao poder, 2018, p. 405).

mando que Alzira negou a Fontes o direito de segurar o caixão do presidente no Rio, sabendo que ele se aliou aos inimigos de Getúlio. A eleição de Lourival para o Senado, por uma coligação liderada pela UDN, teria sido a recompensa por sua traição (Oliveira, 2001, p. 56-57).

A resposta de Pinky à lista de correções sugeridas por Alzira tem um tom de cuidadosa discordância. Nota que algumas anotações “não são simples correções de erros de memória ou revisão mas quase respostas suas ao SW, o que é mais importante [...] diante de suas anotações não pude deixar de ser atrevida e dizer [...] que está faltando o SEU livro”. Como quem dá a missão por encerrada, fala do futuro: “Alzira querida, agora o barulho do livro já acabou e estou absolutamente integrada ao meu cotidiano com a certeza de ter cumprido com minha obrigação. Isso é bom. Estou trabalhando muito. Minha última exposição foi muito bem, e me trouxe trabalhos novos” (PW-A-VAP. SP, 6/11/88).

Conclusão

Falar do passado é falar no presente, preenchendo-o com novos significados. Precisamente as cartas enfocadas no artigo permitem observar dois princípios diferentes de composição biográfica: um regido pela intenção persuasiva do testemunho, centrada na participação direta da narradora na história; outra, onde a história comparece como pano de fundo de uma história pessoal. Nas narrativas de Alzira, que tem uma leitura orientada pelo seu protagonismo político, a história de Wainer encerra mais cedo, atrelada que está à tragédia de Vargas e à derrocada do Varguismo. Há uma certa identificação mútua aqui. Como ela, Wainer se posicionou na franja do sistema partidá-

rio, vinculado ao círculo privado do presidente e dependente das relações de amizade travadas com Getúlio e lideranças do PTB e PSD, como Jango e JK.

Para Pinky, que não viveu os acontecimentos relatados pela madrinha e registrados pelo pai, o tema da vida dele não se resume à relação com Vargas. Prevalece a figura do judeu e a memória de violência e exclusão gerada por um antissemitismo que reverbera não só sobre a trajetória de Samuel como “dos Wainers”, entre os quais, ela própria. Em suma, cada uma das correspondentes seleciona o Samuel que reverbera na sua subjetividade. Nos dois casos, a posse de documentos envolve a atribuição consciente de um sentido histórico à experiência pessoal, razão pela qual as duas mulheres se encarregam de mediar a memória dos pais. Nesse processo, fica explícita a expectativa de reparação, por meio da informação registrada, da identidade pessoal e familiar ferida pela violência política. Embora suas perspectivas divirjam nos pontos que eu já destaquei, há o desafio comum a Pinky e Alzira de conciliar as interfaces da história familiar com a história do Brasil, e uma representação da memória pública como história mal contada, algo que precisa ser retificado pelos documentos.

Por fim, o diálogo postal e suas margens mostram que, da mesma forma como o testemunho retifica a identidade da testemunha, os documentos preservados não servem apenas para registrar a história; eles também contribuem ativamente para sua construção. Por isso, é preciso que a História e os historiadores incorporem à sua crítica o significado cultural e político dos arquivos. Embora todo arquivo reflita uma representação do que é considerado digno de ser guardado e, nesse sentido, “histórico”, parece haver no conceito de arquivo

imaginado por uma parcela derrotada da elite política brasileira a ideia de que o tempo funciona como uma entidade julgadora.

Aqui a noção de escala serve para caracterizar os diferentes níveis em que os mecanismos de mediação de memórias operam. O arquivo pessoal está, de fato, na interseção de mecanismos psíquicos implicados no arquivamento e o jogo de forças que determina o que é histórico dentro da ordem cultural, cujos panteões e rituais se definem na disputa pelo controle dos discursos sobre o passado. Em um e outro cenário, vale o postulado de Halbwachs, de que não há passado conservado, apenas reconstruído, assim como não há indivíduo isolado, mas em relação. Como observou Marie-Claire Lavabre a respeito do conceito de “memória coletiva”, não se diz que ela é coletiva “[...] porque é a memória do grupo enquanto grupo, mas porque o coletivo, o social, é o estado no qual existem os indivíduos” (Lavabre, 2000, p. 55).

É o que se pretendeu testar pontualmente neste artigo, reconhecendo que para acessar as dinâmicas de poder envolvidas na construção das interpretações autorizadas e requeridas pela posse de documentos históricos, vale mais prestar atenção no percurso dos arquivos dentro dos circuitos de troca entre mediadores do que prender-se à trajetória de vida dos titulares. Em todo caso, quem buscar por Wainer no arquivo de Vargas terá que procurar pelo “profeta”.

Referências

- ALVES DE ABREU, A. Alzira Alves de Abreu (depoimento, 2012). Entrevistadores: Helena Bomeny e Celso Castro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012.
- ABREU, R. A Fabricação do Imortal. Memória, História e estratégias de consagração no Brasil.

Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANHEIM, E. Arquivos Singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, L.;

NEDEL, L. (orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 121-154.

APPADURAI, A. *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universal Federal Fluminense, 2008.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BELLOTO, H. *Arquivos Permanentes. Tratamento documental*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, 1989.

BROTHMANN, B. Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística. In: NEDEL, L. (orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 83-120.

CAMARGO, A. M. A. C. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília M.; TELLES, Edson/TELES, Janaína de A. *Desarquivando a ditadura*. Memória e Justiça no Brasil, v. 2. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2009, p. 424-443.

CAMARGO, A. (et alli); *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

CAMARGO, A. Aspásia Camargo IV (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2019.

CANEDO, L. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans les Minas Gerais brésiliens. *Genèses*, v. 2, n. 31, p. 4-28, 1998.

CLIFFORD, J., & MARCUS, G. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.

COOK, T.; SCHWARTZ, J. *Archives, Records, and*

- Power: The Making of Modern Memory. *Archival Science*, Springer Netherlands, 2: 1–19, 2002.
- COSTA, C. M. Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
- DIAS, M. “Os Segredos da República. No Rio, centro de pesquisa resgata os documentos de ex-presidentes do País”. *Revista Isto É Senhor*, n. 1026, p. 62-63, 17/5/89.
- DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. *Revista de Fontes*, v. 07, n. 13, p. 6-39, dez. de 2020.
- DULONG, R. Les opérateurs de factualité. Les ingrédients matériels et affectuels de l’évidence historique”. *Politix*, vol. 10, nº 39, p. 65-85, 1997.
- ERLL, A. Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.
- EWBANK, C. O. Um Homem Smart, uma Coleção Pitoresca e a Curiosa História do Museu Simoens da Silva: início, fim e meio. Orientador: Marize Malta. 2024. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- FARGE, A. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.
- FRAIZ, P. A Dimensão Autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, 1998, v. 11, n. 21, p. 59-87.
- GENSBURGER S.; LEFRANC, S. Beyond Memory. Can We Really Learn From the Past? Glasgow: Palgrave, 2020.
- GOMES, A.M.C. (org.) Escrita de Si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, A.M.C. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, no. 19, 1997.
- HEYMANN, L. Q. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados” . Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. **Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.
- HEYMANN, L.Q. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro. História e Arquivística*. Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul-dez, 2009.
- HEYMANN, L.Q. O Lugar do Arquivo. A construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra capa, 2013.
- HD HISTÓRIA DA DITADURA. (2019). Samuel Wainer e a ditadura | Pinky Wainer. [Vídeo]. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jdblCg_gPOU&list=TLGGEU6HGzrBVT-QxNTA2MjAyNQ. 2019.Acesso em: 20/11/2023.
- KAPLAN, E. “Muitos Caminhos para Verdades Parciais”: arquivos, antropologia e o poder da representação. n: NEDEL, L. (orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 177-1992.
- KETELAAR, E. Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, v.1, n.2, p. 131-141, 2001.
- KETELAAR, E. As viradas e as voltas arquivísticas: estudos sobre arquivos. In: Gilliland, A. J.; McKemmish, S.; Law, A. J. (org.). *Pesquisa no Multiverso Arquivístico*. Salvador: 9 Bravos, 2019. p. 219-61.
- LACERDA, A.R.L. A Importância das Bibliotecas Particulares Incorporadas aos Acervos Públicos: as coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. v. 13, n. Esp. CBBD, p. 2673-2689, 2017.
- LAGROYE, J. Os processos de politização. *Política*

- et *Sociedade*, v. 16, n. 37, p. 18-41, set./dez. 2017.
- LAVABRE, M.C. Usages et mésusages de la notion de mémoire. *Critique internationale*, vol. 7. p. 48-57, 2000.
- LEWIN, L. The Papers of Eitácio Pessoa: an archival note anda a personal comment (I). *Luso-Brazilian Review*, v. 32, no. 1, p. 69-82, 1995.
- LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os acervos privados de presidentes da república no brasil. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 10 n. 1, n. 1, p. 64-80, 2019.
- MONTEIRO, K. *Samuel Wainer: O homem que estava lá*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2020.
- NEDEL, L. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. *In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J. e HEYMANN, L. Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FAPERJ /Ed. FGV, 2013, pp. 131-164.
- NETO, L. *Getulio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- OLIVEIRA, L.L. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. *In: BOMENY, H. (org.) Cons- telação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 37-58.
- OLIVEIRA, L.L. Lucia Maria Lippi Oliveira (depoimento, 2009). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/ IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010.
- PALMEIRA, M. S. O poder da ancestralidade, a ancestralidade do poder: a história, os políticos e seus arquivos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 48, 2018, pp. 39-48
- PEIXOTO, A.V.A. (depoimento, 1979). Entrevista- dores: Ângela Maria de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1981.
- PEIXOTO, C. V. A. Entrevista. *In: D'ARAÚJO, M. C. (org.) Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- PEIXOTO, C. V. do A. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 26, n. 2, p. 7-30, 2013.
- PEIXOTO, C. V. A. Celina Vargas do Amaral Peixoto III (depoimento, 2012). Entrevistador: Celso Castro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2019. 1h 31min.
- POMIAN, K. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Por- to: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- POLLAK, M; HEINICH, N. O testemunho. *Vivên- cia: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 62, 2023. <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/34989/18472> . Acesso em mai. 2024.
- POLLAK . M. A Gestão do Indizível. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Cha- gall* v.2 n.1 (jan-jun) 2010.
- PODCAST DO ARQUIVO: #3 Pinky Wainer. [Lo- cução de]: Thiago Nicodemo. ntrevistada: Pinky Wainer. São Paulo : APESP, 7 ago. 2024. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3cPoliRFNeQ0Z4hhILGyxE?si=cdaaa55afe954dd5>. Acesso em: 13 out. 2024.
- RANDOLPH, J. "On the Biography Bakunin Famly Archive". *In: BURTON, A. Archive Stories. Acts, Fictions, and the writing of history*. Duke Univer- sity Press, 2005.
- ROMA, B. Um Fundo Privado para Compreender a Presença da Fotografia no Arquivo Público. O fun- do Última Hora do Arquivo Público dado Estado de São Paulo. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 37, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2024.
- ROUCHOU, J. *Duas Vozes de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2004.
- SEIDL, E; GRILL, I. G. A Política como Objeto de Estudo das Ciências Sociais. *In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 7-20.
- SEIDL, E. *Estudar os Poderosos: a sociologia do*

poder e das elites. SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 179-226.

SILVA, S. B. O Legado Documental de Getulio Vargas. *In: GOMES, A.C. (org.) Vargas e a Crise dos Anos Cinquenta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p 259-271.

STOLER, A. L. Os Arquivos Coloniais e a Arte da Governança. *In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (orgs.). Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018..

TUTAMÉIA TV. Lula, Samuel Wainer, esquerda e arte são temas de Pinky Wainer em entrevista ao TUTAMÉIA [Vídeo]. YouTube, 2018. 1h 04min 16 s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H_6deDhFNIi. Acesso em: 10 mai. 2024.

VARGAS, A. Getulio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

VOLTA AO PODER: a correspondência entre Getulio Vargas e a filha Alzira, v. 2: 1949 a 1950. Rio de Janeiro: FGV Editora: Ouro sobre Azul, 2018.

VILLELA, J. Os Vivos, os Mortos e a Política no Sertão de Pernambuco. *Revista de História (USP)*, n. 173, 2015, pp. 329-358

WAINER, P. 2018. “A vida é aleatória e cruel”, diz a artista plástica Pinky Wainer. <https://tutameia.jor.br/a-vida-e-aleatoria-e-cruel-diz-a-artista-plastica-pinky-wainer/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

WAINER, S. *Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WELLER, V.A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, no. 2, maio-ago. 2010.

RESUMO

O artigo examina o trabalho de recomposição do passado realizado na troca epistolar entre Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Darcy Sarmanho Vargas e Getulio Vargas, e Pinky Wainer, filha de Danuza Leão e Samuel Wainer. Duas mulheres de gerações diferentes, uma nascida em 1914, outra em 1954, ambas herdeiras de arquivos que atestam os laços de amizade entre duas famílias unidas por laços de amizade e proselitismo político. Considerando que a patrimonialização de arquivos pessoais supõe um trabalho de representação biográfica capaz de justificar a preservação institucional, discute as práticas de consagração de legatários, os compromissos implicados na herança de espólios documentais e as intervenções de mediadores sobre o que dizem e o que contém os arquivos de indivíduos. O objetivo da abordagem é observar na escala das práticas os processos políticos de composição da memória pública. Para isso, são realçadas as correlações entre as narrativas compostas pelas herdeiras e as respectivas posições ocupadas no tempo e no espaço social.

PALAVRAS-CHAVE:

Memória; Arquivos pessoais. Samuel Wainer. Última Hora. Getulio Vargas. Crise de 1954.

ABSTRACT

This article examines the process of reconstructing the past through the epistolary exchange between Alzira Vargas do Amaral Peixoto, the daughter of Darcy Sarmanho Vargas and Getúlio Vargas, and Pinky Wainer, the daughter of Danuza Leão and Samuel Wainer. These two women, born in 1914 and 1954 respectively, are heirs to archives attesting to the friendship between their families, united by friendship and political proselytism. Considering that the patrimonialization of personal archives presupposes a work capable of justifying institutional preservation, this article discusses practices of consecrating legatees, commitments involved in inheriting documentary collections, and the role of mediators in shaping the narrative and contents of individual archives. The approach aims to observe the political processes of composing public memory on the scale of practices. To this end, it highlights the correlations between the heiresses' narratives and their respective positions in time and social space.

KEYWORDS:

Memory. Personal archives. Samuel Wainer. Última Hora. Getulio Vargas; 1954 Crisis.

Recebido em: 01/03/2025
Aprovado em: 02/04/2025